

KA'AGUY HÁ KOGUE: O JEITO KARAÍ E ÑANDEREKO KAIOWÁ

Instituição: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Área temática: Ciências Sociais aplicadas

NOME DOS AUTORES: SILVA, Jhelice Franco da Silva¹ (jhelicefrancosilva@gmail.com)¹;

CALEIRO, Manuel Munhoz² (manuel.caleiro@uems.br);

RESUMO: A realidade das duas formas de viver, o do indígena e não indígenas é extremamente diferente. O valor da natureza para os indígenas Kaiowá, onde tudo que há na natureza é sagrada, tudo que está nela tem ligação espiritual, eles protegem e reforçam que são a própria natureza. Desde a chegada dos colonizadores na América, nós podemos perceber que houve destruições em massa, exploração dos recursos naturais que tinham para ser retirados e vendidos. Nessa pesquisa o objetivo principal é analisar os tipos de instrumentos jurídicos de proteção à natureza, e as compatibilidades e incompatibilidade destas formas jurídicas de proteção a natureza com o modo de ser (ñandereko) Kaiowá. Como metodologia foram utilizados os métodos de abordagem dialético e indutivo. Os procedimentos de pesquisas adotados são o histórico e o monográfico. As técnicas de pesquisar foram a documental e a bibliográfica. Na pesquisa tivemos atividades que foram organizadas pelo grupo de pesquisa Direito Socioambientais. Durante o prosseguimento da pesquisa, tivemos entrevistas com os próprios moradores da aldeia, os Kaiowá, onde foi muito importante ouvir o que eles têm a dizer, porque a nossa história é contada por karaí (não indígena). Enquanto o agronegócio brasileiro somente quer lucrar, o indígena sofre ao ver a natureza sangrando, pois defendem a natureza: os rios, árvores, os animais, e sempre estão em sua defesa porque nós somos a natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Natureza. Sagrada. Lucro. Defesa

AGRADECIMENTOS: Quero agradecer, em primeiro lugar e destacar que o projeto foi desenvolvido com apoio do CNPq e UEMS às quais direciono meus agradecimentos e agradeço ainda ao orientador, professor e coautor nas pesquisas, Doutor Manuel Munhoz Caleiro.

¹Acadêmica indígena do curso de Direito da Uems, Unidade Naviraí. Integrante do Grupo de Pesquisa de Direito Socioambiental.

²Professor adjunto do Curso de Direito, da Unidade Universitária Naviraí, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade, na Linha de Pesquisa Território e Sustentabilidade, da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em Direito Socioambiental e Sustentabilidade pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Líder do Grupo de Pesquisa Conflitos Socioambientais. Contato: manuel.caleiro@uems.br.